STJ00108148

LUIZ FUX

2ª EDIÇÃO
REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

MANDADO DE SEGURANÇA

gen | Editora FORENSE

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6.º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

- Capa: Aurélio Corrêa

- Data de fechamento: 17.05.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F996m
Fux, Luiz

Mandado de Segurança / Luiz Fux. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-4952-5

1. Brasil. [Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009]. 2. Mandado de segurança – Brasil. I. Título.

18-52344 CDU: 347.951.3

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644

STJ00108148

SUMÁRIO

1. Evolução histórica 1

1.1. Generalidades 1

1.2. Direito comparado 4

1.3. Evolução no Direito brasileiro 9

1.4. Considerações sobre a inexistência de *vacatio legis* 24

2. Conceito 27

3. Natureza jurídica 31

4. Condições da ação 35

4.1. Legitimidade das partes 37

4.1.1. Legitimidade ativa no Mandado de Segurança 38

4.1.2. Legitimidade ativa das pessoas jurídicas de Direito Público 41

4.1.3. Legitimidade passiva no Mandado de Segurança 42

4.1.3.1. Indicação equivocada da autoridade coatora e a teoria da encampação 48

4.1.4. Ministério Público 51

4.1.5. Litisconsórcio 53

4.1.6. Intervenção de terceiros 56

4.1.7. *Amicus curiae* 58

4.1.8. Terceiro prejudicado e substituição processual 62

4.2. Interesse de agir 63

4.2.1. Atos administrativos 66

4.2.2. Atos judiciais 67

4.2.3. Atos legislativos e lei em tese 71

4.2.4. Mandado de Segurança e o devido processo legislativo 76

4.2.5. Lei inconstitucional 77

STJ00108148

4.3. Direito líquido e certo e ilegalidade ou abuso de poder 78
4.3.1. Ato disciplinar 81
4.3.2. Ato de dirigente de estabelecimento particular 81
4.3.3. O Mandado de Segurança e os atos de gestão na Lei n.º 12.016/2009 82
4.3.4. O cabimento do Mandado de Segurança contra omissão nos casos em que se admite interposição de recurso administrativo com efeito suspensivo 85

5. Competência 87
5.1. Generalidades 87
5.2. A competência no Mandado de Segurança 88
5.3. Competência originária 88
5.4. A competência e a delegação de função federal 94
5.5. A *perpetuatio jurisdictionis* 95
5.6. Competência estadual e dos Juizados Especiais 95
5.7. Competência recursal e recurso ordinário 97

6. Procedimento 99
6.1. Generalidades 99
6.2. Fase postulatória 100
6.3. Requisitos da petição inicial 102
6.4. Desistência do Mandado de Segurança 108
6.5. Prazo para o ajuizamento da ação mandamental – decadência 112
6.5.1. Constitucionalidade de prazo legal para exercício de mandado de segurança 113
6.5.2. A contagem de prazo no Mandado de Segurança 114
6.5.3. Prazo para o Mandado de Segurança contra ato omissivo 118
6.6. As provas admitidas e o Mandado de Segurança 122
6.7. O Mandado de Segurança e o processo eletrônico 125
6.8. Citação das partes 125
6.9. A tutela provisória e o Mandado de Segurança 127
6.10. Caução 132
6.11. Perda da eficácia da liminar 133
6.12. A recorribilidade do provimento sobre a liminar 136

STJ00108148

6.13. Suspensão da liminar ou da segurança 138
6.13.1. Legitimidade para requerer a suspensão de liminar 140
6.13.2. Do cabimento de suspensão de liminar no âmbito do Supremo Tribunal Federal 142
6.13.3. Cabimento de suspensão de segurança contra decisões definitivas 143
6.13.4. Procedimento da suspensão de liminar ou segurança 144
6.14. Resposta do réu 147
6.15. Estabilização da demanda 148
6.16. Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica de Direito Público 149

7. Sentença e acórdão no Mandado de Segurança 153
7.1. Natureza da sentença 156
7.2. Limites dos efeitos da sentença 158
7.3. Responsabilidade pelo descumprimento de sentença concessiva do Mandado de Segurança 159
7.4. Notas sobre a mandamentalidade das decisões judiciais 162
7.5. Coisa julgada 164
7.5.1. Generalidades 164
7.5.2. Coisa julgada no Mandado de Segurança 166

8. Execução 169
8.1. Generalidades 169
8.2. Execução no Mandado de Segurança 170
8.2.1. Execução de pedido declaratório ou constitutivo 174
8.2.2. Execução para entrega da coisa 174
8.2.3. Execução de obrigações de fazer e não fazer 176

9. Recursos 179
9.1. Generalidades 179
9.2. Recursos no Mandado de Segurança 182
9.2.1. O Mandado de Segurança e a ordem dos processos nos tribunais 184
9.2.1.1. Apelação 184
9.2.2. Duplo grau obrigatório de jurisdição 186
9.2.3. Recurso Ordinário Constitucional 188
9.2.4. Recurso Especial e Recurso Extraordinário 189
9.2.5. Embargos de divergência 195

STJ00108148

9.2.6. Agravo 196
9.2.7. A técnica de complementação de julgamento colegiado 198

10. Honorários advocatícios – descabimento 201
10.1. Generalidades 201
10.2. Os honorários e as ações de segurança 202

11. Mandado de Segurança Coletivo 203
11.1. Generalidades 203
11.2. Condições da ação 207
11.2.1. *Legitimatio ad causam* 211
11.2.2. Legitimidade ativa no *mandamus* coletivo 211
11.2.3. A legitimidade dos partidos políticos 214
11.2.4. A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações 215
11.2.5. A legitimidade do Ministério Público 220
11.2.6. A legitimidade da Defensoria Pública 221
11.2.7. Legitimidade passiva no *mandamus* coletivo 221
11.3. Interesse de agir 222
11.4. Competência 222
11.5. Aspectos procedimentais 222
11.6. Desistência do pedido 223
11.7. Sentença e coisa julgada 225
11.7.1. A limitação territorial da coisa julgada 228
11.8. Litispendência entre ação coletiva e ação individual e entre mandados coletivos 229

Anexo I – Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009 231

Anexo II – Quadro comparativo 237

Jurisprudência do STJ – Mandado de Segurança 249

Jurisprudência do STF – Mandado de Segurança 427

Bibliografia 543